

Os interesses contrariados

Hésio Cordeiro

NA medida em que corresponde a um compromisso com mudanças sociais inadiáveis numa sociedade que se democratiza, o advento da Nova República coloca em xeque tanto as mazelas como os interesses estabelecidos na área da saúde.

O povo enfrenta incríveis dificuldades, mas a realidade é muito contrastada. Num dos extremos há competência, bons resultados e boa remuneração. No outro — que se refere a um segmento terrivelmente majoritário —, a competência esbarra na miséria, nas insuficiências e na insatisfação.

Há interesses contrariados pela Reforma Sanitária que se distanciam dos interesses da população. Dentre esses interesses, um segmento do setor privado representado pela medicina de grupo, ao qual se filia o dr. Flávio Poppe de Figueiredo.

Convém esclarecer as coisas, reafirmando os objetivos da Reforma Sanitária, que são claros: elevar o nível de saúde da população, atender às necessidades de cuidados básicos, melhorar e humanizar o atendimento ambulatorial e hospitalar, alterar as condições do meio ambiente de trabalho que afetam diretamente os padrões de morbidade dos grupos sociais mais carentes. Mexer, enfim, nas situações em que se dá o adoecer e o morrer na sociedade brasileira.

A estratégia do Sistema Unificado de Saúde (SUDS), que articula os esforços dos Ministérios da Previdência, da Saúde e da Educação, consiste em reorganizar os serviços de saúde, descentralizando-os e unificando-os nos estados e municípios, para torná-los mais eficientes, melhorar o

atendimento à população, reduzir as filas, favorecer o controle dos usuários sobre os serviços.

Os governos estaduais, através das secretarias de Saúde, devem administrar o sistema unificado e conduzir o processo de transição para a estadualização e municipalização dos serviços vinculados ao governo federal. Não haverá mais a eterna discussão sobre se o paciente é federal, estadual ou municipal. O sistema unificado evitará a dispersão e a superposição das ações de saúde.

As entidades filantrópicas também participam do sistema e, de forma complementar, o setor privado lucrativo. As filantrópicas mantêm cerca de 70% dos leitos hospitalares da rede particular. Hoje, elas já se relacionam com o INAMPS através do instrumento jurídico dos convênios, garantindo-lhes a autonomia da gestão e, ao mesmo tempo integrando-as no SUDS. O setor privado lucrativo tem como instrumento legal de relacionamento o contrato de direito público. É necessário, portanto, distinguir unificação de estatização.

Em 1986, a rede pública participou com 56,57% dos atendimentos ambulatoriais no país e com 19,91% das internações hospitalares. A rede particular, filantrópica e lucrativa, participa respectivamente com 3,43% e 26,58% dos atendimentos ambulatoriais e com 10,59% e 67,02% das internações hospitalares, além dos demais conveniados que participam com 13,41% e 2,48%, respectivamente.

Para 1987, a previsão é de que a rede pública participe com 66,98% dos atendimentos ambulatoriais e com 28,76% das internações hospitalares; e de que a rede particular participe respectivamente, com 9,35% (rede filantrópica), 13,98% (rede lucrativa) e 9,68%

(outros convênios), dos atendimentos ambulatoriais, e com 22,09%, 47,47% e 1,68% das internações hospitalares.

A implantação do SUDS já está em curso no país. Até 14 de agosto, treze estados assinaram convênios transferindo progressivamente a gestão dos ambulatórios e hospitais do INAMPS para as esferas estadual e municipal. A Previdência Social destinou CZ\$ 35 bilhões em 1987, para os estados e municípios.

Os comentários irônicos e maliciosos do dr. Flávio Poppe de Figueiredo no JORNAL DO BRASIL do dia 08 deste mês obscurecem o sentido da reforma sanitária. A Previdência, através do INAMPS, mantém convênio com a Pastoral da Criança, dando apoio a núcleos que trabalham diretamente com as populações mais carentes — para reduzir a mortalidade infantil, evitar a desidratação por diarreias, ampliar a cobertura de vacinação. E o convênio com o Instituto de Medicina Social da UERJ, no valor de CZ\$ 7,5 milhões (valores de 1986), envolve recursos da FINEP e recursos da área de ciência e tecnologia do INAMPS, visando à pesquisa e à formação de pessoal para planejar e administrar as ações de saúde.

Os interesses contrariados pela Reforma Sanitária partem para a ofensiva, mas a decisão do presidente José Sarney e dos ministros Raphael de Almeida Magalhães, Roberto Santos e Jorge Bornhausen é de prosseguir na construção do SUDS, como imperativo da justiça social e de consolidação da democracia, através de políticas públicas que efetivamente reduzam as desigualdades sociais.

Hésio Cordeiro, é presidente do INAMPS e professor adjunto da UERJ.